

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Legislativos

SUMÁRIO

Projeto de Lei nº 075/2011	2
Ata da 2045ª Sessão Ordinária na Íntegra	2
Relatório da Reunião da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 07/11 em Audiência Pública, realizada na Câmara Municipal de Bonfim	9

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETODELEI
Projeto de Lei nº 075/2011

Dispões sobre os direitos básicos dos servidores públicos temporários e comissionados no âmbito do Estado de Roraima.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA decreta:

Art. 1º - São assegurados aos servidores públicos temporários e comissionados no âmbito dos Poderes Públicos do Estado de Roraima, sem prejuízo as demais disposições legais pertinentes, os seguintes direitos:

I - Salário capaz de atender as necessidades básicas do contratado, com reajustes anuais capazes de lhe preservar o poder aquisitivo;

II - Irredutibilidade salarial, a não ser que haja acordo ou convenção coletiva;

III - Percepção do décimo terceiro salário com base na remuneração integral;

IV - Garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que recebem remuneração variável;

V - Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

VI - Descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VII - Férias anuais remuneradas, com adição de um terço sobre o valor usual do salário, e com duração de trinta dias;

VIII - Licença à gestante, sem prejuízo da contratação e do salário, com duração de cento e vinte dias;

IX - Adoção de medidas que reduzam os riscos inerentes ao trabalho;

XI - Licença Paternidade, com duração de sete dias;

XII - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.

Art. 2º - Os servidores enquadrados nesta Lei, com mais de dez anos de investidura em seu cargo e que forem demitidos sem justa causa, terão direito a uma indenização equivalente à somatória dos últimos seis salários.

Art.3º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de

trinta dias contados a partir da data de sua publicação.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Desde o tempo que o Estado de Roraima ainda era Território Federal, a administração pública, em todas as suas esferas, responde como o maior empregador, realidade esta, ainda que de forma mitigada, persiste até hoje.

Dentre os servidores públicos, além dos concursados, contamos com um numeroso contingente de comissionados e temporários, que desempenham as mais diversas funções necessárias para o funcionamento da máquina pública, desempenhando até tarefas típicas dos concursados. E embora essa modalidade de ingresso no serviço público seja uma exceção a regra, que é a do concurso público, é fato notório que estes servidores desempenham um importante papel no funcionamento da máquina estatal, existindo casos de pessoas que ocupam a mais de uma década o mesmo cargo.

Acontece que estes agentes estatais estão expostos as intempéries político-partidárias, além de sempre serem as primeiras vítimas quando existem dificuldades financeiras, o que gera demissões em massa e/ou diminuições nos salários por atos unilateral do executivo, o que gera um constante estado de instabilidade.

A iniciativa que ora propomos para à apreciação dos (as) Deputados (as) desta Casa visa estabelecer diretrizes básicas que o Estado de Roraima deverá observar no plano dos servidores temporários e comissionados, amparando-se nos fundamentos da República Federativa do Brasil, da dignidade da pessoa humana (CF, Art. 1º, III), e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (CF, Art. 1º, IV), entre outros princípios.

Ademais, visa impedir que sejam desrespeitados os direitos do trabalhador elencados no Art. 7º de nossa Lei Maior. E coibir a discriminação em matéria de emprego e ocupação, esta preconizada na Declaração Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Portanto, em defesa dos servidores temporários e comissionados de Roraima, e em prol da dignidade da pessoa humana, conclamo aos Deputados (as) apoiarem a este projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de Setembro de 2011

Rodrigo Jucá

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2045ª SESSÃO, EM 01 DE SETEMBRO.

42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.

Às nove horas do dia primeiro de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadragésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Jalser Renier**) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Procedo à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Governador do Estado, solicitando a sinalização vertical e horizontal da BR-401, no trecho Boa Vista/Bonfim, entre a ponte dos Macuxis até a fronteira Brasil/Guiana.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Governador do Estado, solicitando a sinalização da rotatória do Km 100 da BR-401, próximo ao Município de Bonfim, no trecho Boa Vista/Normandia. Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, solicitando a instalação de destacamento da Polícia Militar para a Vila Vilhena, no Município de Bonfim.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, solicitando a instalação de um posto do Corpo de Bombeiros Militar, na sede do Município de Bonfim.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Governador do Estado, solicitando a extensão de 14 km da rede de energia elétrica para a Vicinal 4 da Vila São Francisco, no Município de Bonfim.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Coronel Chagas, ao Governador do Estado, solicitando a extensão da rede de energia elétrica, com 4 km de extensão, no trecho da região do Manoá para a comunidade indígena do Cumaru, no Município de Bonfim.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, ao Governador do Estado, solicitando a adoção das medidas administrativas de praxe, a fim de analisar o Projeto de Lei Complementar que Altera o Anexo II – Tabela I – Soldo, da Lei Complementar nº 051, de 28/12/2001, que dispõe sobre a Carreira, a Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima.

Projeto de Lei s/nº, do Deputado Brito Bezerra, instituindo o Programa de Regionalização da Merenda Escolar - Preme, no Estado de Roraima.

Proposta de Moção de Apoio à Proposta de Emenda Constitucional 300 – PEC 300, de autoria do Deputado Coronel Chagas.

Ofício nº 048/2011/Gab/DCF, de 31/08/11, do Deputado Dhiego Coelho e outros Deputados, solicitando encaminhamento de Projeto de Lei, nos termos do art. 176 do Regimento Interno.

EXTERNO:

SEPLAN/CGC/Ofício nº 954/2011, de 26/08/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando sobre os Convênios que foram celebrados.

Ofício nº 14/2011/APRORR, de 29/08/11, da Associação dos Procuradores do Estado de Roraima, solicitando apoio para aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 004/2011, e do Projeto de Lei nº 17/2011, que tramitam nesta Casa Legislativa.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores presentes, meu bom dia.

Senhor Presidente, gostaria de saldar e agradecer aos representantes do CONSEIA, Conselho Estadual de Segurança Alimentar, as Associações de Pais e Mestres, aos representantes da Agricultura Familiar, aos professores, alunos e a todos que de maneira espontânea estão aqui, hoje, na Casa do Povo para prestigiar o lançamento do PREME – Programa de Regionalização da Merenda Escolar.

Senhor Presidente, no dia 10 de maio de 2011 ao ler uma reportagem da folha de Boa Vista e outros jornais, pude constatar que a merenda escolar que está sendo fornecida na rede estadual de ensino, é uma merenda inadequada para o consumo desses estudantes. Gostaria de ler um pouco dessa reportagem.

Merenda: bolacha doce com suco, continua desde o início do ano como merenda predominante nas escolas públicas estaduais de Boa Vista e de Roraima, apesar do baixo valor nutritivo e do elevado teor de açúcar. A fiscalização do Conselho Estadual de Alimentação Escolar e do sindicato dos trabalhadores em educação em Roraima-SINTER, comprovou a reclamação de pais e, principalmente, de alunos. O estudante Vinícius Barbosa de 11 anos, tem aqui o relato, que estuda em uma escola central na capital, disse que são raras as vezes em que é servida sopa ou mingau. “Quando merendo a bolacha com o suco passo mal, por isso, nem como”. A queixa é que os alunos têm apresentado na maioria dos casos dor de barriga.

Essa merenda que é fornecida pela rede estadual de educação, Senhor Presidente, a que ele se refere é biscoito recheado, é esse biscoito que está aqui, fiz questão de trazer e quero deixar evidenciado para todas as Senhoras e Senhores que a merenda que está sendo servida em todas as escolas da rede ensino estadual, hoje, é alvo de reclamação dos alunos. Segundo constatado aqui pelos dados do SINTER, em escolas com 500 alunos, apenas 52 em média estão merendendo, ou seja, 10% dos alunos estão consumindo essa merenda por ser de baixa qualidade e não atender as suas necessidades.

Tenho aqui, também, Senhor Presidente, do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, um relatório de visitação nas escolas do município de Boa Vista, onde diz que a merenda terceirizada, Deputado **Joaquim Ruiz**, ou seja, a merenda que é feita pela empresa que hoje distribui na rede estadual de ensino, chamada merenda fria, que é distribuída pela empresa POAN, é de péssima qualidade. Isso foi relatado aqui pelo Conselho Estadual de Alimentação Escolar. Vejam bem, hoje a merenda servida foi vitamina de acerola com biscoito recheado de chocolate. A vitamina não estava batida em virtude da quebra do aparelho da cozinha onde ela é feita. Nesta escola pude observar dois pedaços grandes de polpa de mais de meio quilo, por não ter sido batido direito. O leite era quase inexistente na chamada vitamina, o biscoito recheado de chocolate já nem tinha mais a apreciação pelos alunos, devido a grande frequência com que é servido.

A Gestora me falou do tempo em que faziam a própria merenda, do quanto era organizado o cardápio, e da frequência com que os entregadores traziam as verduras, as frutas e os legumes, e que naquele tempo gastava-se muito menos e a merenda tinha muito mais qualidade. Vejam só, está constatado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar que a merenda que é feita na escola é a ideal a ser fornecida aos alunos da rede de ensino do Estado, porque a merenda que é terceirizada, não atende as necessidades deles.

Veja só, Deputado Dhiego, um outro relato sobre a merenda feita na escola, a merenda quente. Deputada **Aurelina**, a merenda feita na escola é uma merenda de qualidade. A Senhora Nádia Davi dos Santos que gestora de uma dessas escolas, fez questão de mostrar toda a cozinha, a merenda, a organização, as merendeiras de avental, toca, luvas. Foi uma excelente visita, onde se pode observar a diferença da merenda preparada na própria escola com a supervisão de uma gestora competente e entusiasmada com a qualidade do alimento servido aos alunos, ou seja, os alunos consomem praticamente 100% da merenda quando ela é feita na própria escola e essa merenda supre necessidade orgânica desses alunos, fazendo com que tenham um desempenho físico e intelectual melhor, necessários para que possam aprender e desenvolverem melhor os seus aprendizados.

Após ler essa entrevista e ter acesso a esse relatório, Senhor Presidente, eu procurei a Secretária de Estado da Educação, Senhora Lenir Veras e falei da necessidade de regionalizar a merenda escolar do nosso Estado. Fui muito bem recepcionado, a Professora Lenir me disse que uma das reivindicações dos gestores e regionalizar a merenda escolar e contando com o apoio deles, e também de Vossas Excelências, eu comecei a traçar os moldes de um projeto de regionalização das merendas. Fui buscar embasamento jurídico, fiz também visita, Deputado Gabriel, a duas escolas, em uma delas a merenda era terceirizada e na outra centralizada, pude também observar in loco que a merenda terceirizada não tem qualidade, como é o caso do suco e do biscoito mostrado aqui para os Senhores e, na escola que fabrica a própria merenda, ela realmente tem qualidade. Fui buscar embasamento jurídico. Hoje, em Roraima nós temos 81.959 alunos na rede estadual de ensino, Deputado Flamarion, sendo que na região norte, segundo dados oficiais do Governo Federal, pelo programa Fome Zero, para 56% dos alunos a merenda escolar é considerada a primeira refeição, e para muitos, na grande maioria dos alunos, é a única refeição do dia.

Então, é necessário e ideal que essa refeição seja de boa qualidade, e ela só vai ser de boa qualidade a partir do momento em que nós possamos regionalizá-la.

Temos no nosso Estado, 363 escolas Deputado Sampaio. 278 estão nos municípios, são abastecidas de forma terceirizada, e nós temos aqui 52 escolas na capital que são abastecidas por empresas terceirizadas e 33 em que a merenda escolar é feita na própria escola e, é isso que estamos pleiteando, através de lei, pois existe uma lei federal que dispõe sobre alimentação escolar, e possui como diretrizes

um emprego de alimentação saudável, respeitando os hábitos alimentares locais, bem como apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos, preferencialmente, pela agricultura familiar, além do que, no artigo 14 institui obrigatoriamente que pelo menos 30% desses recursos sejam repassados através do programa nacional de alimentação escolar, destinados a compra de suprimentos diretamente da agricultura familiar.

Essa é uma lei federal, as escolas municipais e estaduais tem por obrigação que comprar, adquirir 30% dos valores repassados em gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Mas vejam bem, o meu projeto de lei é para que no Estado de Roraima, a exemplo de outros Estados como o Estado do Amazonas, nós possamos adquirir 100% desses recursos destinados à merenda escolar da rede estadual e da agricultura familiar. Além de nós fornecermos aos nossos alunos uma alimentação saudável, que vai suprir as necessidades orgânicas, dar aos estudantes as condições físicas e intelectuais para se desenvolverem, nós vamos, também, aquecer a nossa economia. Como aquecer a nossa economia? Através da nossa agricultura familiar. Nós vamos dar oportunidade aos agricultores que estão produzindo em todo o Estado de Roraima de comercializar, de ter quem compre esses produtos, nós vamos gerar emprego e renda, valorizar a agricultura familiar e dar aos estudantes que são o futuro desse país, desse Estado, acesso a uma alimentação saudável. Na justificativa do meu projeto eu digo ainda que até a fiscalização pelo Conselho de Pais e Mestre pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar se tornará facilitada, pois poderemos fiscalizar desde a produção do alimento, até a entrega desse alimento na escola. Você fiscaliza o produtor que vai produzir aquela merenda, e seus filhos que, com certeza, estudam em escolas da rede estadual de ensino, terão uma alimentação que será produzida por pais de alunos e isso vai garantir uma qualidade aos alimentos necessária para que todos consigam ter suas necessidades supridas. Necessidades essas que são grandes por conta dessa má qualidade da merenda no nosso Estado. Através da Secretaria de Agricultura, eu consegui um relatório da produção que há no nosso Estado. Temos como produzir e já estamos produzindo abacaxi, abóbora, banana, arroz, feijão verde, carne bovina, mel de abelha, melancia, milho verde e muitos outros produtos. Nós vamos resgatar os hábitos alimentares do nosso povo, os alunos das escolas vão ter a alimentação que sempre consumiram nas suas casas, uma alimentação saudável, a agricultura familiar será fortalecida e a nossa economia vai se tornar mais pujante, vamos ter recursos e dar dignidade aos agricultores, melhorando a demanda de desemprego que existe hoje no nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Ângela A. Portella**

– Eu já havia conversado com o Senhor a respeito desse assunto e dito que, realmente, é preciso que o nosso sonho que é a regionalização da merenda aconteça, até porque, ela trás vários benefícios, pois além do produto ser fresquinho, de qualidade e saudável, respeitando os hábitos alimentares dos alunos, essa regionalização também irá permitir a valorização da agricultura familiar que hoje é um dos maiores geradores de emprego e renda do nosso Estado. Além de tornar o ciclo positivo permitindo aquecer a economia local, há vários outros benefícios em torno da regionalização da merenda escolar. Gostaria também de acrescentar, mais uma vez, que eu quero muito de ver este Estado consumindo tudo o que for possível das pessoas que produzem, das indústrias locais, mesmo que sejam pequenas indústrias, que a gente precisasse o mínimo possível trazer produtos de fora do Estado, porque o nosso Estado depende dessa pequena parcela, mas que para nós significa 90% da economia do Estado, que são os repasses de fundo de participação do Estado, do município. Enfim, que esse dinheiro circule dentro do nosso Estado. Obrigada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, tendo em vista a necessidade que têm os nossos alunos da rede de ensino estadual de terem acesso a uma merenda escolar com qualidade, que supra as suas necessidades, que a agricultura familiar, seja fortalecida, pois nós temos condições de atender, através dela, toda essa demanda da rede estadual de ensino, devido à necessidade de aquecer a nossa economia para gerar emprego e renda. Hoje eu apresento aqui, um projeto de lei e peço o apoio de Vossas Excelências para que possamos regionalizar a merenda escolar. Esse projeto foi protocolado na Casa ontem, lido hoje, e eu peço, Senhor Presidente

para que possamos tramitá-lo nas comissões o mais rápido possível, visando dar dignidade ao futuro de Roraima que é essa classe estudantil que ai está. Para finalizar, Senhor Presidente, eu gostaria de dizer que as dificuldades existem, que problemas sempre vamos enfrentar, mais aqui foi dado por todos nós, e não quero o mérito só para mim, um grande passo para que possamos fortalecer a agricultura familiar no Estado, que tanto é debatida aqui e nas câmaras temáticas por onde passamos, para fortalecer a nossa economia e, principalmente, dar aos estudantes da rede de ensino do nosso Estado uma alimentação saudável e digna que supra as suas necessidades orgânicas para que tenham uma desenvoltura intelectual e física a contento. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, público das galerias, ouvintes da rádio Anauá, da TV UNIRR. Eu venho a esta Tribuna manifestar meu posicionamento a respeito da PEC que tramita nesta Casa, a famosa PEC dos Procuradores que está trancando a pauta, e que, até o presente momento, não há um entendimento neste Plenário para colocá-la em votação. Quero, desde já, manifestar meu posicionamento Senhor Presidente. O que representa essa PEC para o serviço público do nosso Estado? Eu estive fazendo uma pesquisa, consultei alguns advogados, estive nos centro acadêmicos de direito, ouvi alguns profissionais jurídicos que prestam serviço para as Fundações, Autarquias, inclusive, há uma comissão na sala vip aguardando para falar com os Senhores Deputados, para trazer a importância de ampliarmos essa discussão no tocante a essa PEC que, para mim, é extremamente imoral, vindo por parte do governo, por não estabelecer dedicação exclusiva aos procuradores do Estado. Eu defendo o aumento de salário para qualquer trabalhador, seja ele procurador ou da função de serviços gerais, esse é o nosso compromisso com a classe trabalhadora, os procurados, para mim, são trabalhadores e têm que ganhar bem, ganhar o teto máximo. Eu defendo isso. Agora, o fato de permitir como acontece hoje por uma resolução do procurador geral de dar direito aos procuradores de exercerem atividades particulares é, para mim, estamos confundindo o público com o privado. Esse é o meu ponto de vista, e quero deixar bem claro que isso vem acontecendo, procuradores em seus escritórios usando das influências, informações privilegiadas, muitas vezes até da estrutura. Eu não sei como um procurador tem que fazer suas atividades de procurador durante o expediente e ao mesmo tempo tem que advogar em interesses particulares, como é que ele consegue conciliar, haja vista que as audiências do fórum geralmente vão até às quatorze horas. O procurador tem que sair do seu gabinete, deixar de cumprir suas funções enquanto procurador para defender um cliente? Estão misturando o público com o privado. Eu entendo que a atividade de procurador, além da consultoria, é essencialmente defender em juízo a fazenda pública, esse é o papel do procurador, defender os Estados, seus direitos, as autarquias também da administração direta e indireta. O que ocorre é que é uma imposição os procuradores, também, atuarem nas ações de inventários na Vara da família, aquela famosas ações onde, na Vara da família, a fazenda pública tem que defender o Estado numa herança, quando morre um cidadão que deixou uma herança e dívidas para o com o Estado, e a fazenda pública tem que defender através dos seus procuradores os interesses do Estado naquele momento, retirando os encargos que aquele cidadão ficou devendo para depois dividir a herança. É assim que funciona, e aí há procuradores na Vara, eu tenho provas, documentos, lá no Tribunal de Justiça, chupando cana e assoviando ao mesmo tempo. Eu não sei como eles conseguem fazer isso. Eu defendo, nós baixarmos para 30 anos, os pleitos dos procuradores, agora, dedicação exclusiva, para mim, é ante ético, imoral e esta Casa não pode legalizar esse fato. Inclusive, quero repudiar a atitude da OAB que emitiu um parecer tentando convencer os Parlamentares que os procuradores poderiam sim exercer advocacia, e o que constatamos é que quem emitiu o parecer foi um conselho formado por dois procuradores que estão advogando em causa própria. Eu vou pedir cópia da Ata desse parecer para a OAB. Os advogados que emitiram o parecer permitindo que a OAB encaminhasse para esta Casa foram dois procuradores. Mais uma vez reafirmo o meu compromisso com a classe trabalhadora, seja procurador, gari, servidor público. Eu gostaria de saber como é que os procuradores vão gerenciar, defender o Estado, se no mesmo expediente ele tem que deixar sua função

para advogar em causa particular, e à noite ainda vai para a faculdade dar aula. Como é que fica o interesse público nesse momento? Eu quero pedir apoio aos Senhores. Recentemente, o IPEM fez uma licitação tentando contratar consultoria, e sabe qual foi o escritório que ganhou? Foi o de um procurador, e ele está lá prestando serviço para o IPEM. Como é que fica a autonomia das autarquias, das fundações que têm interesses conflitantes, às vezes, com o próprio Estado, a exemplo a questão do IPER e DETRAN?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** - Quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: "os Procuradores deste Estado têm apresentado um trabalho com muita responsabilidade, todos os pareceres que são enviados, as propostas que chegam nesta casa, tem o balizamento e a doutrina daqueles procuradores". São homens e mulheres que trabalham e conhecem bem a sua responsabilidade. Quero dizer a Vossa Excelência que nós não podemos tolhir do homem o seu direito e a sua oportunidade. Ivan Lessa dizia que o homem precisa de desafios, não para sua satisfação, mas para o seu crescimento. Você não pode impedir que um homem cresça na sua profissão. Você não pode tolhir o direito de um cidadão de poder conquistar o seu espaço dentro da sua profissão. Ele não estudou, se ele fez um concurso público, passou para Procurador e alei o ampara para que também possa advogar, não contra o Estado, mas para defender os interesses de pessoas que, às vezes o procuram. Por que não? Quero dizer a Vossa Excelência que concordo com o seu ponto de vista, mas discordo da ideologia como foi apresentada, porque os procuradores deste Estado são pessoas iguais a qualquer advogado que passa por uma instituição e que tem a carteira da OAB. Esse conselho que Vossa Excelência falou precisa analisar se foram os procuradores, porque quem chancelou foi o próprio Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Roraima. Foi ele quem enviou este documento. Não é 40, 50, 60, 70 procuradores que vão simplesmente inviabilizar o comércio do Estado de Roraima. Então, quando você aponta o dedo para alguém, precisa entender que três deles estão apontados para você. Eu acho que Vossa Excelência tem o seu ponto de vista, entendo, mas quero aqui fazer um contraponto, pois essa PEC é extremamente importante, porque dá o direito do cidadão continuar crescendo, seja ele procurador, advogado, ou qualquer outra pessoa, pois não podemos tolhir o direito de ninguém.

Por essa razão que eu quero aqui apresentar um contraponto respeito as colocações de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Obrigado Deputado, respeito, tenho admiração e reconheço a importância dos procuradores, sempre fui bem recebido por eles quando precisei de orientações enquanto Parlamentar, enquanto representante da classe. Não tenha dúvida nenhuma, defendo um salário digno para os Procuradores, pois são trabalhadores honrosos que merecem o nosso respeito. Agora, não consigo diferenciar, não está claro para mim, como é que vai ser feita essa diferença entre o público e o privado, essa é a minha preocupação, os tráficos de influências. Recentemente, tivemos um Ministro da Casa Civil, o Senhor Palocci, que foi exonerado pela Presidente Dilma exatamente por tráfico de influência, porque envolveu o público e o privado. Não é o caso dos Procuradores, estou só citando esse fato, mas essa é a minha preocupação.

Deputado Jalser, se for nesse sentido, estarei apresentando um projeto nesta Casa hoje, onde se possa regulamentar o famoso bico do policial militar, que quando é pego em flagrante, responde a vários processos na Polícia Militar por ser servidor público, ele responde e é punido e, às vezes, até excluído da Corporação por fazer o famoso bico, por quê? Porque é cargo de dedicação exclusiva, é servidor público. Então, vou apresentar, e conto com o seu apoio, um projeto de lei para permitirmos que o policial militar faça o famoso bico ao fazer a segurança dos empresários, dos comerciantes usando até a arma da polícia militar, e por que não? Essa é a minha preocupação. Quero e torço aos procuradores, são pessoas capacitadas, passaram em concurso público, têm uma carreira, agora, se ele achar que o salário da Procuradoria não é suficiente, que ele peça sua exoneração, e como ele é tão bom assim, vai ter sucesso com toda certeza no mercado de trabalho.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** - Acredito que a maioria de nós ainda não se debruçou suficientemente sobre essa PEC para que a gente pudesse analisá-la com mais profundidade. Alguns sim, outros não, em função desse momento que está confuso, até porque houve parlamentares que

apresentaram emendas ao projeto para que ela não entrasse em pauta hoje, Senhor Presidente, afim de que nós pudéssemos analisá-la com mais profundidade. Agora, Vossa Excelência levantou uma questão que eu considero grave. Vossa Excelência disse que os procuradores do Estado estão advogando em causa própria, quer dizer, estão cometendo uma ilegalidade, porque ainda não estão autorizados por este Poder a advogar, e agora estão dependendo da nossa regulamentação. Então, se nós vamos votar isso, que possamos votar, mas depois de analisarmos os fatos com mais profundidade, pois não vejo razão nenhuma de votarmos essa PEC, a toque de caixa. Ontem, a discussão foi essa, hoje, ela ainda continua porque ainda é preciso que se discuta algumas coisas e, eu peço a Mesa Diretora que possa transferir essa questão para a próxima semana, a fim de que possamos ou entrar num entendimento, ou se não entrarmos, que se coloque em votação, mas na próxima semana, depois de uma análise mais profunda do projeto da PEC.

Aparte concedido a Senhora Deputado **Aurelina Medeiros** - Só queria dizer que a advocacia privada não está sendo feita na ilegalidade, existe uma lei aprovada por esta Casa que deu a eles esse direito.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. - Pelo parecer da Ordem, pelo contrário, eles estão acima da estrutura da Ordem advogando, não há lei estadual nenhuma, o que há é uma resolução, está aqui, da PROGE. Eu desconheço que exista essa lei.

Então, Senhor Presidente, aqui o parágrafo quarto fala o seguinte: "competente, exclusivamente a Procuradoria Geral do Estado, a cobrança de ação judicial, extrajudicial da dívida ativa do Estado". Ou seja, todas as dívidas do Estado, autarquias, fundações só quem poderá executar a ação de cobrança será os procuradores. Imaginem, a assessoria jurídica do DETRAN, da Universidade, do IPER faz todo um trabalho, tem uma dívida a ser cobrada, mas só quem pode executar a cobrança é procuradores do Estado. Fizemos uns cálculos rápidos, está gerando em média, hoje, mais de 100 milhões de sucumbência que serão destinados a esses procuradores, ou seja, eles têm incumbências, têm os seus subsídios no teto máximo, concordo, voto. Não poder exercer a atividade de advogado para terceiros e, às vezes, entrando em conflito interesses públicos e privados, têm as informações privilegiadas, nós sabemos, e ainda vão para faculdade dar aulas.

Então, são super procuradores, nem todos, mas uma minoria dentro da PROGE hoje age dessa forma. Nós defendemos a dedicação exclusiva dos Procuradores do Estado, que eles sejam valorizados, que tenham um excelente plano de carreira, mas que defendam os interesses do Estado, porque ainda não consigo diferenciar com clareza o interesse público e do privado.

Então, Senhor Presidente, espero que possamos nos aprofundar. Inclusive, há uma comissão de advogados que representa as autarquias os esperando. Espero que a gente sente com os procuradores, busque um atendimento para que possamos colocar em votação essa PEC após uma discussão ampla, Deputado Joaquim, após um bom entendimento. As informações as quais não quero acreditar que sejam verdadeiras, é que essa PEC seria tipo um acordo do Governador para com os Procuradores feito na eleição passada. Eu não quero acreditar que venha a ser isso, até porque os Procuradores não devem aceitar esse tipo de coisa. Meu tempo está acabando. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhoras e Senhores Deputados, eu quero pegar o enfoque do final das palavras do Deputado Remídio, pois no Parlamento ninguém vota sobre pressão. Aqui nenhum Deputado tem mais peso do que o outro. Nós representamos vários segmentos da sociedade roraimense. O nome já está dizendo: Parlamento, ou seja, temos que conversar, discutir, ouvir a sociedade, pois estamos votando uma emenda a Constituição e não pode ser da forma como estão querendo fazer aqui alguns parlamentares. Discurso bonito é discurso do Ruy Barbosa quando ele era vivo, era discurso do Mário Covas. Agora, vir com discurso bonito sem objetividade, isso não vai colaborar para votarmos as matérias aqui no Parlamento. Eu não sou contra os Procuradores do Estado, quero deixar bem claro aqui. Eu defendo o maior salário, mas não voto sobre pressão. Aliás, não voto nada no Parlamento sobre nenhum tipo de pressão e, não vão me convencer com discurso bonito sem objetividade, quero deixar isso bem claro, Senhor Presidente. Seja qual for o assunto, seja qual for o Projeto que venha para o Parlamento, ele tem que ser discutido para depois ir para a votação, e ganha a maioria. Muitas vezes aqui a oposição votou com a gente. Quando eu era líder, parte da oposição votou a favor das propostas do Governo. Houve críticas e debates,

dentro de um nível de respeito ao Parlamento de Roraima. Agora, sob pressão, Deputado Flamarion, não.

Mas, o que me traz hoje aqui, é para falar sobre um órgão que serve para resolver a situação das pessoas que deram a vida para construir o Brasil e que participaram da história de Roraima. E o que a gente assistiu aqui no nosso Estado é a Previdência Social no lugar de facilitar a vida daqueles que buscam a previdência para se apresentar para buscar uma pensão, um auxílio de saúde, só criar dificuldades. A propaganda do Governo Federal em relação à Previdência Social me parece que está distante da realidade de Roraima, que não faz parte desse contexto. Eu tenho um exemplo de um professor que há um ano atrás morreu em um acidente em Iracema, e a esposa dele tentou três vezes receber a pensão junto ao INSS e esse órgão negou, apesar da mesma está com provas como conta de luz, água no nome do dela e o documento da casa no nome do marido. Eu estou citando apenas um caso em que a previdência nega a pensão. E, a mulher desse professor que faleceu é doméstica, e de onde ela vai tirar o dinheiro para comprar o alimento para sustentar a sua família. Disseram que ela tem que entrar na justiça federal, mas para a justiça decidir irá demorar um ano e meio. E, como fica essa família que precisa da pensão para sobreviver? Hoje essa mulher trabalha como empregada doméstica para poder sustentar a família. Não é nenhuma desonra trabalhar como doméstica, mas ela é uma mulher que se aproxima dos 50 anos. Essa situação não pode continuar.

Vou colocar um outro exemplo aqui, de um cidadão de Iracema que é tetraplégico e foi ao INSS itinerante. Na época, eu era Prefeito, chamei o médico e disse a ele que era mais fácil ir até a casa e ver a situação dele para fazer o relatório e dar a aposentadoria ao cidadão. E, ele disse que não poderia fazer aquilo, que o homem deveria ser levado ao hospital. Pegamos uma combi, colocamos um colchão e levamos o cidadão lá no hospital para fazer a avaliação. E, o médico disse que não poderia fazer o relatório porque sua formação era pediatria. Foi quando eu lhe perguntei: “o que o Senhor está fazendo aqui?” Eu tomei uma decisão extremamente democrática, arranquei o negócio da luz e disse que o INSS poderia ir embora, porque senão resolve a situação de um tetraplégico, não iria resolver a situação de um idoso que precisa de duas testemunhas para se aposentar. Essa é a situação da nossa previdência, dificultar a situação da família do cidadão que faleceu para que não tenham acesso aquilo que é direito constitucional da família. E, a gente não muda essa situação. Há uma assistente social na Previdência que uma vez tratou tão mal um senhor que mora no bairro São Vicente, que e ele disse iria fazer uma boma caseira para amarrar no corpo dela e explodi-la, porque de assistente social ela não tinha nada. Ninguém vai ao INSS bom, você vai debilitado e o que se recebe no INSS é um péssimo atendimento, criam todas as dificuldades no lugar de facilitar para que a gente tenha acesso à aposentadoria ou a uma pensão.

Antes de encerrar, quero dizer que o Deputado Brito é um homem preocupado com a alimentação aqui de Roraima, com a produção de Roraima, com a merenda escolar, e que depois que a nossa Secretária de Educação, e o Senhor Deputado Flamarion sabe da capacidade da atual Secretária de Educação como eu sei, da forma íntegra com que ela cuida da coisa pública, 33 escolas da capital já estão com a merenda feita na escola. No interior, Deputado Remídio, toda a alimentação escolar já é regionalizada. O que ocorre é que, às vezes, o diretor não diz que quando Associação dos Pais e Mestres está inadimplente e não pode receber recurso direto na escola, que o último recurso que se tem é buscar a terceirização. E, se vocês pegarem o Diário Oficial mês a mês, poderão verificar que algumas escolas estão com problema. Todos nós que já passamos, Deputada Aurelina, dos 40 anos, sabemos que a merenda era feita na escola. Mas, a Secretária Lenir está correndo contra o tempo, e ainda há outro problema, Deputada Aurelina, para você colocar a merenda na escola, você precisa abrir um contrato de licitação para contratar a merendeira, o pessoal da limpeza. Nós não vamos abrir um contrato de licitação somente para uma escola, temos que ter um planejamento para abrir para 20, 30 escolas. E, a atual Secretária fez um planejamento onde até o final de 2012 todas as escolas do Estado que não tiverem problema de prestação de contas estarão com sua merenda feita na escola. Isso nos foi dito testemunhalmente numa reunião da comissão de educação com a Secretária. Então, eu não vou cumprir os quinze minutos. Coloquei exatamente esses três pontos. Eu acho que a gente deve votar sim a PEC, porque ela está trancando a pauta.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Parabéns Deputado pela sua preocupação. Quero me reportar a questão

do INSS. Conheço de perto essa situação porque até os 22 anos trabalhava na roça e militava muito junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sei o quanto é grande o sofrimento dos trabalhadores rurais e das pessoas menos favorecidas em buscar uma aposentadoria. Existem denúncias e operações da Polícia Federal prendendo servidores e políticos ligados ao INSS por desvios de verbas. Então, o pequeno agricultor, o pescador, o servidor público com salário baixo sobre muito ao buscar a sua aposentadoria.

Eu quero me reportar também, Deputado Joaquim, ao que acontece hoje com os ex-servidores do nosso Estado, policiais civis e tantos outros, pessoas que trabalharam 5, 10, 15, 20 anos para o Estado e têm no seu contracheque recolhimento por parte do Estado para a contribuição previdenciária. Essas pessoas, hoje, estão chegando a idade de se aposentar e vão ao INSS buscar uma certidão e lá consta que não existe esse período de tempo que eles trabalharam para o Estado, pois foi recolhido no contracheque e não foi repassado. Estamos falando de pessoas que já têm 50, 60 anos e que têm de alguma forma que trabalhar mais 10, 15 anos para atingir o tempo de aposentadoria. Então, é preciso que tenhamos uma atenção especial, que o Estado assuma essa responsabilidade, que negocie com a previdência do Estado e que deposite esse dinheiro dessas pessoas. Então, eu quero me somar a Vossa Excelência para que possamos, o quanto antes, buscar um mecanismo junto ao Governo do Estado para que reconheça o direito desses servidores que tanto tempo prestaram serviço para este Estado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado Deputado. Para encerrar, eu digo o seguinte: “nós votamos aqui a Defensoria Pública e, é justo também que a gente vote o problema da Procuradoria”. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos, amigas que nos escutam através da Rádio Comunitária Anuá em Rorainópolis, cidadãos que nos acompanham aqui no Plenário, servidores da Casa, a todos nosso cordial bom-dia.

Nobres Deputados, eu ocupo essa Tribuna hoje para informar que nós protocolamos ontem, nesta Casa, seis indicações, fruto da nossa visita, da caminhada à região do Município do Bonfim, ouvindo as solicitações das comunidades da Região da Vila São Francisco, do Manuá, do Moscou e de outras localidades. Povo ordeiro e trabalhador, mas que, como o de qualquer região deste Estado, possui suas necessidades. E, nós apresentamos ontem, então, seis indicações. A primeira e a segunda são relacionadas a BR 401. O Governo do Estado recuperou a BR-401 no trecho Boa Vista/Bonfim, percorri ela algumas vezes, um asfalto bom, de boa qualidade, entretanto, Deputado Joaquim, apesar da recuperação, do asfalto onde não se verificam buracos, sumiu a sinalização horizontal daquela BR e, à noite, transitar por ela sem a sinalização é perigoso, e quando chove é mais perigoso ainda. Tivemos notícias de vários acidentes nessa rodovia e eu vejo que o governo fez uma grande obra, mas precisamos sinalizar essa BR para evitar novos acidentes. Então, essa indicação é para pedir em nome de todos os cidadãos roraimenses que usa a BR 401, ao Governo do Estado, que olhe com carinho para essa questão, que abra um processo licitatório para fazer a sinalização. E, a segunda indicação que também é relacionada a BR 401, trata-se daquela rotatória que temos no KM-100, onde há um entroncamento que dá acesso a cidade de Normandia. Nós também temos conhecimento de diversos acidentes ocorridos naquela rotatória; Quem já não levou um susto quando dirigindo naquele trecho, sem nenhuma sinalização, de repente se viu cruzando por cima da rotatória, correndo rico de acidente, como muitos que já aconteceram? Então, essas últimas indicações são no sentido de fazer a sinalização da BR 401 e, também, de melhorias naquele entroncamento para se evitar novos acidentes. A nossa terceira indicação para o povo da comunidade do Bonfim, é solicitando ao Governo do Estado, ao Comandante da Polícia Militar a instalação de um destacamento da Polícia Militar para a Vila Vilhena no Município de Bonfim. Aquela comunidade é muito grande, cresceu consideravelmente nos últimos anos e está a reclamar por mais segurança pública. Quando acontece um ato atentatório ao código penal, os moradores daquela comunidade têm que esperar que a Polícia Militar da sede do Bonfim ou da Vila São Francisco, que fica a mais de 100 KM, vá ao local para atender a ocorrência e, quando esta chega, já é tarde. Então, essa é a nossa terceira indicação. Nossa quarta indicação é ao Governo do Estado e ao Comando do Corpo de Bombeiros no sentido de instalar um destacamento no Posto do Corpo de Bombeiros na sede do Município de Bonfim, visto que a

cidade tem crescido muito, temos muitos casos de afogamento, queimadas no lavrado, nas plantações, principalmente quando o verão fica mais forte, pois a cidade fica muito distante, a mais de 120 KM das nossa capital, e até que chegue um ABT do Corpo de Bombeiros, o patrimônio dos moradores de lá já foi consumido pelas chamas. Então, acho que a cidade merece uma instalação do Corpo de Bombeiros. A nossa quinta e sexta indicação são relacionadas a extensão da rede de energia elétrica, uma para a Comunidade do Camaru, de apenas quatro quilômetros, para levar a extensão da energia da rede até a comunidade e, a outra, uma extensão de 14 KM de rede de energia elétrica para a Vicinal IV da Vila São Francisco, no Município de Bonfim. Portanto, amigos e amigas, caros Deputados, essas são as indicações que chamo de pacote de atendimento às reivindicações daquela comunidade trabalhadora da região do Bonfim e, também, de todos os roraimenses que usam a BR 401.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Remídio Monai** – Quero falar a respeito das BRs. A Sinalização das BRs do Estado é um problema seriíssimo. Por exemplo, a ponte do Rio Branco não tem aquela proteção lateral antes dela e há uma curva quando se vem de lá para cá, tanto para entrar na ponte como para sair, e um abismo de uns dez, quinze metros de altura e não existe uma barreira de proteção para evitar que um carro passe direto e caia lá em baixo. Na BR 174 daqui para Caracará, hoje, as placas estão quase todas cobertas pelo mato. Então, temos o problema de sinalização nas BRs e de animais na pista. A Polícia Rodoviária Federal tem um caminhão de boiadeiro para recolher o gado na pista, mas não tem pessoal suficiente e nem adequado para laçar o boi, derrubá-lo e colocar dentro do caminhão. A Polícia Rodoviária Federal tem a intenção de fazer um convênio com a Polícia Militar, que possui a sua cavalaria, que tem o seu pessoal, para que ela possa realizar esse trabalho. Quantos acidentes já aconteceram nas BRs devido à permanência de animais na pista, inclusive, na BR 401? Então, quero aqui deixar registrado que nós temos que ter essa preocupação, pois as estradas estão melhorando, estão ficando boas e a velocidade está aumentando, e temos que nos preocupar além da sinalização, com a quantidade de animais circulando nas pistas, nas estradas hoje.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Agradeço o seu aparte, Deputado. Concordo com Vossa Excelência com o que disse a respeito da sinalização da BR 401, após a ponte do Rio Branco, e, também, da BR 174, e que a 401 é realmente perigosa, não tenho dúvida. Acho que nós poderíamos fazer uma indicação nesse sentido para o Governo do Estado, com o instituto que venha a ser feita uma sinalização na BR 401 nos moldes que ele fez na BR 174 no trecho Boa Vista Caracará, que é uma sinalização de primeiro mundo.

Com relação aos acidentes com animais, essa é outra observação oportuna de Vossa Excelência, e uma situação que eu conheço muito bem, não é Deputada Aurelina?

Nós estávamos retornando a cerca de dois meses de Caracará, quando fomos com uma Comissão da Assembleia Legislativa visitar os desabrigados, os alojados das enchentes, e tive a infelicidade de, no retorno, próximo ao Água Boa, me deparo com cinco animais na pista. Não tive como desviar e sofri um acidente violento, dois dos animais morreram e meu carro teve avarias consideráveis. Graças a Deus estávamos com o cinto de segurança e não sofremos nenhum ferimento, mais foi a mão de Deus que nos salvou.

Em acidentes dessa natureza é normal que o animal venha para dentro da cabine, mas nós tivemos uma sorte muito grande e isso não aconteceu, pois quando o animal vem, normalmente os ocupantes do banco dianteiro sofrem ferimentos muitas vezes fatais. São essas as indicações que nos trazemos. Eu acredito que possa ser feito realmente um convênio com a Polícia Militar e tudo que for necessário para levar mais segurança ao cidadão roraimense. Eu tenho certeza que o Governo do Estado vai estar sensível a isso e vai facilitar o entendimento com os órgãos de fiscalização do Governo Federal. Muito Obrigado a todos pela atenção.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Não havendo mais Oradores inscritos, passamos para o Expediente de Explicações pessoais.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**- Eu gostaria de falar rapidamente. Na parábola do jornal folha de Boa Vista há alguns maus jornalistas que só sobrevivem futricando a vida dos outros, mas que para sobreviverem têm que fazer isso, pois se não fizer, não terão emprego em lugar nenhum.

Falaram na defesa do governador que o Deputado Jalsen Renier eu, somos irmãos siameses, e isso me honra. Eles deixam muito claro

que nós agimos em interesse próprio, que defendemos o Governo em troca de contrato e empregos.

Eu queria dizer que sou do PSDB, Deputada Estadual, o Governador Anchieta é do meu partido, e o defendo com muita honra. A minha moeda de troca não é essa. Ninguém vem aqui para eu comprar voto.

Não é costume meu subir na tribuna todo dia, porque eu poderia fazer isso para atacar A ou B. Por exemplo, eu acabei de ouvir o Deputado Chagas e o Deputado Remídio falando sobre as condições da BR 174.

Agora, eu acho extremamente estranho ver Senador do nosso Estado defendendo o Estado do Pará, a economia de lá e pedindo que seja vetado os recursos que vêm para o nosso Estado.

Eu poderia todo dia estar na tribuna dizendo isso, mas a gente pensa maior. Fui eleita e tenho responsabilidade pelo meu Estado, não faço picuinha em Tribuna, quando falo o que sei e o que quero é de cabeça erguida, seja a favor ou contra quem quer que seja.

Não sou líder do governo, mas defendo o Governador que é do meu partido, com muita honra, como defendi tantos outros que passaram, enquanto Deputada ou não.

Agora, nenhum dos meus colegas, que para mim ofendem a todos, que todos ouviram hoje aqui, têm responsabilidade com as leis que se aprovam nesta Casa.

Somos de um grupo político onde o Governo Federal, por exemplo, todos os dias está na imprensa, mas o Ministério tal e de tal partido ninguém critica, entretanto, a Assembleia de Roraima é palmatória do mundo. O que se vota aqui, é com consciência, de acordo com a minha posição e dos meus colegas, não é em troca de favores pessoais.

Aos maus jornalistas que não têm competência para sobreviver de outra forma, o meu repúdio.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**)- Nobre Deputada, esse é preço que se paga por ser da situação, qualquer Deputado que se aproxima do Governador é pau mandado.

É porque falta a identidade política que há nos Estados mais velhos, mas nós vamos chegar lá com fé e perseverança. As águas irão mostrar onde as coisas estão.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Eu quero aproveitar o Expediente de Explicações Pessoais para homenagear os professores de educação física, pois hoje é o dia do trabalhador da área.

Nós reconhecemos o valioso trabalho que os nossos professores desenvolvem desde as escolas públicas até as associações, encaminhando os nossos jovens para a prática da educação física, que além de ser salutar para o corpo, é também para a mente. E, além do mais, estão praticando exercícios saudáveis. O mundo hoje oferece muitas tentações maléficas para os nossos jovens, e a pratica do esporte com certeza é um bom caminho.

Todos nós devemos homenagear e agradecer os trabalhadores da área de educação física. Parabéns a todos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Senhor Presidente, eu quero manifestar a minha tristeza para com a Polícia Militar, que ontem absolveu seis coronéis que estavam supostamente acusados por desvio de recursos do sistema de Saúde da Polícia Militar, onde, no mesmo processo, um soldado foi condenado há doze anos de cadeia. Então, são dois pesos e duas medidas. Na próxima semana eu venho à Tribuna fazer um discurso repudiando esse comportamento da PM.

Eu vou buscar mecanismos para denunciar a Justiça Militar de Roraima no CNJ, pois, para mim, foi vergonhoso esse posicionamento. No mínimo houve culpa por omissão por parte dos gestores do SAS.

Quando um sargento está no comando de uma viatura, ele não controla o soldado ou cabo que comete alguma transgressão, ou agride algum cidadão. É punido o Soldado, o Cabo, e o Sargento não têm participação nenhuma, mas ele é punido por omissão.

Então no mínimo estes Senhores são culpados por omissão. Esse é o meu ponto de vista. Quase um milhão foi retirado do bolso do soldado, do cabo e do praça como um todo. Recentemente, tivemos um julgamento onde um soldado de maneira errada, truculenta, agrediu um oficial. Esse soldado foi condenado em tempo Record, foi expulso, por um júri viciado que está sendo denunciado no CNJ e no Supremo Federal.

O Júri Militar é formado por quatro oficiais. A cada três meses esse tem que ser renovado, e o júri que condenou o soldado, já estava há oito meses sem renovação, sendo que nós temos bastante oficiais para montar os júris durante onze anos, sem repetir

nenhum oficial, mas mantiveram os quatro oficiais, e não deu outra, condenaram o soldado.

Eu não estou dizendo que ele deveria ser absolvido. Estou falando da forma que a Justiça Militar, em todo Brasil e também em Roraima, vem agindo. São dois pesos e duas medidas, uma para o praça e outra para o oficial. É vergonhoso.

Ontem, o Procurador Carlos Paixão foi bem franco, estava preocupado em sair de lá, pois eles diziam para os praças e para a sociedade que só condenavam os soldados.

Eu acredito que dos que estavam nos bancos, haviam algumas pessoas que eram inocentes, mas havia alguns que, inclusive, denunciou nesta Casa, pela prática de desvio, que ainda vem cometendo.

Terça - feira vou trazer a esta Casa mais irregularidade do SAS. Vou trazer documentos, Deputado Erci, como é de costume, envolvendo coronéis do SAS em desvios.

O Coronel Chagas é testemunha, nós precisamos ter a independência administrativa e financeira do SAS, que hoje é uma extensão do comando da Polícia Militar, é um Sistema de saúde da PM, mantido pelo Policial Militar com sua mensalidade de setenta reais. Mas, ele, o policial, não pode dizer quem vai administrar aquele recurso, e qual a forma, e sim o comandante da Polícia Militar. E aí nós sabemos o que vem acontecendo. Então, eu quero lamentar esse fato. Venho na terça-feira trazer mais denúncias sobre a má administração do SAS/PM e do fato da Justiça Militar no nosso Estado, tem Júri corporativista. Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**- Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença dos representantes do Conselho de Educação Alimentar, que vieram prestigiar o lançamento do programa de regionalização da merenda, e enfatizar para Vossa Excelência e para os demais, a minha preocupação e o meu compromisso, como Parlamentar, na geração de emprego e renda, na geração de postos de trabalho, a partir de uma agricultura fortalecida, de um setor produtivo fortalecido, ou seja, da agricultura, da pecuária e da agroindústria. O meu principal desprendimento é no sentido de geração de emprego e renda e de flexibilização da política tributária.

Gostaria que Vossa Excelência, os demais Deputados e todos aqui presentes, ouvissem com atenção uma carta que eu acabei de receber de um produtor rural. Veja como, Deputada Aurelina Medeiros, são esperançosos essa classe, essas pessoas que fazem parte da agricultura.

Excelentíssimo Senhor Deputado Brito, como produtor rural no Estado de Roraima, venho parabenizar-lhe pela excelente ideia da merenda escolar regionalizada, pois será um meio para vários produtores colocarem os seus produtos no mercado, gerando, assim, mais emprego e mais impostos no nosso Estado.

Eu sou produtor de milho verde o ano todo, pois já fiz vários investimentos para ter boa produtividade e frequência diária dos produtos durante todo o ano. Além de poder fornecer o milho verde in natura, posso fornecer produtos industrializados, que seguem abaixo especificados: mingau de milho verde, pamonha salgada e doce, bolo de milho verde, mungunzá, suco de milho verde etc., ou seja, estes pequenos produtores produzem e já comercializam. Deputado Erci de Moraes, no comércio local. Agora, querem implementar a sua produção, com a industrialização e passar a vender, Deputado Sampaio, para o Governo do Estado.

É uma maneira de fortalecer a nossa economia, de gerar emprego e renda. Se juntos aprovarmos esse Projeto, estaremos trabalhando para o engrandecimento e o fortalecimento sócio-econômico do Estado de Roraima. Essa carta foi assinada pelo produtor de milho Givaldo dos Santos Almeida, o qual eu agradeço e, em seu nome, parabeno e agradeço a todos da agricultura familiar e a toda a classe produtiva deste Estado, por se comprometerem em atender a essa demanda.

Com certeza, com a consciência de Vossas Excelências o nosso Projeto será aprovado e, em noventa dias, regulamentado. Passaremos a produzir e a classe estudantil a consumir produtos a partir da nossa produção regionalizada. Muito Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Presidente, eu tenho viajado a todos os Municípios do sul do Estado, e a alguns do norte. O que a gente tem assistido é o alto custo dos combustíveis, que no interior não reduziram.

Nós fizemos uma audiência pública aqui, e o Presidente do sindicato explicou o problema da carga tributária, explicou que o etanol estava faltando no mercado, por isso subiu o preço da gasolina, e que por causa da mistura, subiu o preço do diesel.

Eu queria aqui fazer um apelo, Deputado Sampaio, para o Presidente da comissão de defesa do consumidor.

Não justifica o preço do combustível no interior de Roraima continuar na média de três reais a gasolina, e dois e quarenta o diesel.

São Luiz e Rorainópolis são mais próximos do centro distribuidor, que é a refinaria de Manaus, a REMAN, e não justifica está o preço nas alturas, pois aqui na capital, você hoje compra gasolina de dois e sessenta e diesel de dois e quinze e, lá no Sul do Estado, a média é de três reais. Então, eu queria fazer um apelo aqui ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, para que interfira junto ao DECON para que a gente possa rever essa situação, em cima daquilo que foi colocado aqui pelo Presidente do sindicato dos combustíveis.

O Senhor Presidente **Chico Guerra**- Eu quero parabenizar os professores do CAP/DEVER, Centro de Apoio Pedagógico, para atendimento à pessoa com deficiência visual, que proporciona aos alunos e usuários com deficiência visual, condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, através de serviços e recursos, e com tecnologia assistidas, que vem tornando possível o acesso ao conteúdo programático desenvolvido no sistema regular, que ensina a literatura, a pesquisa e a cultura.

O CAP tem como objetivo ofertar serviços de apoio pedagógico e realizar a suplementação didática, a partir da articulação de três ações: promoção de formação continuada de professores; oferta de atendimento educacional especializada aos alunos com baixa visão, cegueira e surdo cegueira; e a promoção de material didático acessível. O público usuário são os alunos com deficiência visual, professores de sala de recursos multifuncionais e de salas regulares, familiares de pessoas com deficiências visuais comuns e comunidade em geral.

Há um núcleo de produção, um conjunto de equipamento tecnológico para produção de material didático pedagógico como livro, textos em brailes ampliados e sonoros, adaptações como mapas, tabelas e outros distribuídos aos alunos matriculados no ensino regular. O CAP funciona na Escola "O Pescador", e hoje está completando dez anos.

Eu gostaria, em nome das professoras Ana Helena, Regina Coli e Rosimeire Morgado, de cumprimentar todas essas pessoas que fazem esse belíssimo trabalho e encerrar a minha fala com uma frase de um anônimo que escreveu o seguinte: Não há melhor maneira de agradecer a Deus pela visão, do que ajudar a alguém que não a possui. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para informar aos colegas desta Casa a Comissão especial externa, foi criada para tratar de assuntos referentes à emancipação dos nossos Municípios, na região do Bonfim, Cantá, Mucajá e Iracema, e vai realizar duas audiências públicas amanhã.

O nosso Presidente da Comissão, Erci de Moraes, acertou essa reunião com as lideranças do Município de Mucajá. A primeira reunião vai acontecer às quatorze horas, na vila Samaúma, e a segunda reunião às dezoito horas, na vila do Apiaú.

Os cidadãos daquela região estão mobilizados e seria interessante a presença da maioria dos Deputados desta Casa. Não só os que fazem parte dessa Comissão, mas todos os Deputados para mostrar o interesse desta Casa no crescimento, no desenvolvimento do Estado, a partir da criação de mais Municípios. Então, amanhã, sexta- feira, às quatorze horas, na vila Samaúma, e às dezoito horas, no Apiaú. Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Chico Guerra**- Eu gostaria de reforçar o apelo aos Senhores Deputados para que se reúnam, para que possamos resolver logo esse problema da PEC 004. Por favor, nós temos uma porção de Projetos que precisam ser votados, temos Veto que está vencendo o prazo. É importante que nós resolvamos logo esse problema.

Vamos ver se na próxima terça-feira ou quinta-feira a gente resolve logo este problema da PEC 004. Fica aqui o apelo do Presidente a todos os Deputados.

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 06, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 06/09/11

ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO Nº 07/11

Memo / nº 002/11

Em: 03 /10/11

Da Comissão Especial Externa, Criada por Meio da Resolução 07/11
 À Gerente de Documentação Geral

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Relatório da Audiência Pública realizada pelos Membros da referida Comissão, na Câmara Municipal do município de Bonfim, no dia 24 de agosto de 2011, para ser publicado extemporaneamente.

Erci de Moraes
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 07/11

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 07/11, E DO GRUPO TÉCNICO, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BONFIM.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima criou a Comissão Especial Externa, através da Resolução 07/11, para, “através dos estudos técnicos, realizados pelo Grupo, constituído pela Resolução 04/11, analisar e emitir parecer sobre a criação de novos Municípios no Estado de Roraima”. Composta pelos Senhores Parlamentares: **Erci de Moraes, Marcelo Natanael, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros e Joaquim Ruiz.**

No dia 24 de agosto de 2011, o Presidente da Comissão, Deputado Erci de Moraes; o Vice-Presidente, Deputado Marcelo Natanael; e o Relator, Deputado Coronel Chagas, juntamente, com o Grupo técnico responsável pela realização de estudos sobre emancipação de novos Municípios no Estado de Roraima, os servidores: Lindomar Peixoto Coutinho, Dr. Elias Augusto de Lima Silva, Karen Sheila Rocha Silva Negreiros e Francisco Martinho Torres.

O Senhor Vereador Gener Dantas - Presidente da câmara - Senhor Presidente da Comissão Externa, Erci de Moraes, senhores Deputados Coronel Chagas, amigo do povo de Bonfim, Marcelo Natanael, Vereadores e Vereadoras do Município de Bonfim e comunidade presente. É com Grande satisfação que recebemos esta Comissão que trata da emancipação de novos Municípios. Acreditamos que deve haver uma divisão por ser um município muito extenso, e por isso acarreta dificuldades para os distritos mais distantes, caso da Vila Vilhena e algumas comunidades indígenas. Porém, temos que trabalhar com muita responsabilidade, sendo criada essa Comissão, para fazer todo procedimento. Nesta oportunidade, iremos ouvir os Deputados, nossos representantes legítimos. Confio nos Deputados Chagas, Erci, Marcelo Natanael e nos demais que fazem parte da Comissão, por motivos alheios à sua vontade não foi possível a presença. Temos a certeza de que o melhor será feito. Acreditamos no potencial dos nossos Deputados, na Casa Legislativa. Neste momento, passo a palavra para o Presidente da Comissão Especial Externa, Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Obrigado, Vereador Gener, Presidente da Casa. Saúdo nossos pares: Deputado Natanael, Vice-Presidente da Comissão; Deputado Coronel Chagas, Relator dessa Comissão Especial. Dos sete Deputados que compõem esta Comissão, quatro estão ausentes: Deputado Flamarion, Deputado Dhiego, Deputado Joaquim Ruiz, e a Deputada Aurelina ausente por razões que, certamente, são maiores. Quero saudar os representantes do nosso Grupo Técnico que assessora às três Comissões de emancipação na pessoa da Doutora Karen Sheila e o companheiro Lindomar Peixoto Coutinho, Presidente do Grupo Técnico, além do Secretário Francisco Martinho Torres. Em especial quero saudar o Presidente da Casa, meu amigo e companheiro de militância política, Vereador Gener Dantas e os Demais Vereadores Presentes. Início saudando a todos aqueles que atenderam o convite para tratarmos de um assunto que eu entendo ser pertinente a todos os municípios de Bonfim, pois essa oportunidade que se apresenta é de se fazer uma redivisão territorial para criar novos municípios como forma, segundo, entendo de primeiro a ocupação do espaço vazio que temos no Estado quase do tamanho do

Rio Grande do Sul com uma população de apenas quatrocentos e cinquenta mil pessoas. E segundo, como forma, também de levarmos o desenvolvimento estadual até os mais afastado recanto do Estado de Roraima. É muito fácil concluir que, se em uma determinada Vila, hoje, levarmos em conta os repasses municipais e os Estaduais e os Federais que chegam aqui, é são infinitamente inferiores que chegarão no momento em que aquela região for transformada em município, e com isso a população do novo município será beneficiada. Essas duas razões já seriam importantes, mas ainda, teria uma terceira que seria a ocupação do espaço territorial para, automaticamente, dizer que chega de demarcação. Atendendo ao Deputado Chagas, eu quero convidar o Vice-Prefeito Neto, que se encontra presente para fazer parte da Mesa. Eu vejo com satisfação, o Vice-Prefeito porque não podemos começar um processo de diálogo sobre criação de municípios, se começarmos pelos dois Poderes que integram o município que é o Executivo, através do Prefeito e Vice e a Câmara Municipal, que são, na verdade, os representantes oficiais do município. Eu cometeria um erro se fosse começar diferente. Tenho uma visão de desenvolvimento sustentável. Não tenho rótulo de ecologista ou ambientalista, mas tenho consciência profunda de que, se nós não zelarmos pelo meio em que nós vivemos, pelo ambiente que habitamos, nós vamos levar esse planeta ao caos. Acho um direito sagrado de todo cidadão seja ele indígena ou não, que habite esta terra, fazer com que haja produção de forma sustentável, os frutos que precisamos para alimentar o nosso povo e desenvolver o nosso Estado. Dito isso, esta Audiência Pública tem por objetivo não só comunicar, oficialmente, às autoridades, mas a toda população, que estamos iniciando em Bomfim uma missão, que é Constitucional da Assembléia Legislativa, de criação de Municípios. Então, resolvemos, como já fizemos em Cantá, e iremos fazer em outros municípios. Eu não vou me alongar nesse discurso, porque entendo que devemos ser objetivos. Em seguida o Deputado Chagas, na condição de relator, depois abriremos espaço para o debate, e nos propomos a responder todos os questionamentos que surgirem para, assim, nivelar o conhecimento dessa ação. Momento em que senhores e as senhoras possam participar ativamente do processo de emancipação. Por uma questão de amizade saúdo a chegada do ex Prefeito Manoel Ricardo do município de Bomfim. Dando continuidade, passo a palavra ao Deputado Coronel Chagas que, na condição de Relator, fará uma exposição de como proceder e quais as regras que vão predominar, pois o Projeto que regula, ainda está em fase de discussão.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Boa-noite a todos e a todas. Cumprimento o Presidente da Comissão, deputado Erci de Moraes; o Vice-Presidente, Marcelo Natanael; o Presidente desta Casa, Vereador Gener; o Vice-Prefeito Neto; Vereadores; população que prestigia este evento; Lindomar, Presidente do Grupo Técnico, que está dando suporte para as Comissões. Para ser bastante objetivo, vou dizer em que pé está o objeto desta reunião. Ano passado, a Assembléia anunciou a criação de novos municípios. Findou-se a Legislatura, e no início deste ano, nosso presidente criou, por meio de Resoluções, três Comissões. Cada Comissão com sete Deputados trabalhando em três áreas: Norte, central e sul do estado, para analisar as potencialidades de cada Distritos, e a da que nós fazemos parte está com a missão de verificar quais os Distritos que apresentam viabilidade para serem transformados em municípios. A Nossa Comissão ficou responsável pelos municípios de Bomfim, Cantá, Mucajaí e Iracema. Nós passamos a estudar o assunto, juntamente, com o Grupo Técnico, como a legislação existente e, além disso, passamos a elaborar uma agenda de visitas às comunidades envolvidas e lideranças políticas. Os Deputados de cada Comissão recebem demandas de diversas localidades. Quanto mais informações chegarem às comunidades sobre a emancipação, a população vai formando a sua convicção sobre as vantagens e desvantagens da emancipação. Hoje, do jeito que está a legislação, não temos como criar nenhum município novo no Brasil. A nossa Constituição Federal de 1988, no seu artigo 18, paragrafo 4º, condiciona a criação de novos municípios a uma lei que estabeleça os critérios. Só que o governo Federal nunca enviou um Projeto de lei nesse sentido. Houve iniciativas por meio de Emenda à Constituição e de Projetos, através de propostas Parlamentares, mas nunca prosperara, pois cada proposta tratava de puxar a brasa para sua sardinha. Isso ensejou Mandado de Segurança, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Mandado de Injunção, junto ao STF. Em uma Ação de Inconstitucionalidade o STF determinou um prazo de 180 dias para que o Congresso Nacional regulamentasse a questão. O prazo expirou, e o Congresso não chegou ao consenso, o que prosperou para

novas ações, e uma delas, impetrada pela a Assembléia Legislativa do Mato Grosso. Esse Mandado de Injunção foi em 2007, por uma decisão da Ministra Ellem Gracie, dizendo que as Assembleias não tem legitimidade ativa para propor tal Medida Judicial, entretanto, em um acordo com o Congresso Nacional, editaram uma Emenda Constitucional, homologando Municípios, que tinha sido criados após o Parágrafo 4º, do artigo 18 da Constituição Federal, cerca de 57 Municípios, mas nenhum outro município poderia ser criado até que se regulamentasse o dispositivo Constitucional. No Estado do Mato Grosso, em razão dessa decisão da Ministra, a Assembleia não tem legitimidade, então, criou uma associação chamada Associação Mato-Grossense de Áreas Emancipadas e Anexadas, com Estatuto, registrada em Cartório, CNPJ. Essa mesma Associação está entrando com o Mesmo Mandado de Injunção para que o STF crie as regras para que os Legislativos Estaduais possam trabalhar nas questões de criação de municípios. Em Mato Grosso, a cerca de duas semanas, juntamente com o Doutor Lindomar, enquanto colhíamos subsídios, lá, chegou uma notícia de que finalmente a Casa Civil da Presidência da República concluiu um Projeto de Lei para enviar ao Congresso, estabelecendo essas regras. Portanto, esse Projeto vem estabelecendo uma série de requisitos, e já em mão do Líder do Governo, na Câmara Federal, o Deputado Cândido Vacarézza para que, juntos, com a liderança dos partidos cheguem ao acordo para votar no menor espaço de tempo possível. Esse Projeto contém os critérios: Estabelece no artigo 5º o período em que podem ser criados os novos municípios, compreende entre a posse de Prefeito e Vice-Prefeito até o último dia do ano anterior às eleições municipais. Se o Projeto for aprovado até outubro, teremos que correr contra o tempo para até o dia 31 de dezembro desse ano estejam finalizados todos os atos para que no próximo ano sejam realizadas as eleições no novo município a ser criado. Esse Projeto de Lei estabelece outras medidas necessárias para se criar novos municípios. Existe um item interessante no Projeto sobre a localidade pretendida para emancipação que precisa elaborar um requerimento com a assinatura de, pelo menos, 20% dos eleitores da região pretendida, endereçado ao Presidente da Assembléia Legislativa. Feito isso, o Presidente da Assembleia determina ao Grupo Técnico realizar estudo de viabilidade no distrito pretendido que precisa ter uma população mínima, conforme uma média aritmética nacional, de 11.900 habitantes, isso para região sul do Brasil. Para nossa região, deve ter 40% dessa média que chega em torno de 5.000 habitantes, é o número que já estamos trabalhando na Assembléia Legislativa. Tendo o número de habitantes exigido, o requerimento com assinatura de 20% dos eleitores da região que pretende se emancipar, endereçado ao Presidente da Assembléia, após recebido, o Grupo Técnico vai analisá-lo, se preencher os requisitos citados e determinará estudo da viabilidade econômica-financeira, política-administrativa e sócio-ambiental. O próprio Projeto define o que são essas viabilidades. Feito esse trabalho pela Assembleia, o estudo de viabilidade municipal deverá ficar acessível a todos os cidadãos por, no mínimo, trinta dias. qualquer cidadão que quiser verificar, deve ter acesso a esse material. Passados os trinta dias, não houver impugnação, o estudo de viabilidade é submetido ao Tribunal de Contas do Estado, que vai dar um parecer técnico e o retorna à Assembleia Legislativa que irá validar ou não, votando as vilas pretendidas em condições de serem transformadas em municípios. Sendo aprovado, o Presidente da Assembleia encaminha um ofício ao Presidente do Tribunal Eleitoral solicitando a realização de Plebiscito que, preferencialmente, deverá ser realizado junto com as eleições Municipais, Estaduais e Federais. Os eleitores serão os moram na região. No caso de Vilhena e São Francisco, em cada localidade deverá ter uma urna, e a senha com a pergunta se concorda ou não com a emancipação do novo município. É preciso ter muito cuidado, caso a resposta dos eleitores for não, o mesmo distrito só poderá passar pelo mesmo processo, somente dez anos após. Mas, sendo aprovado, a Assembleia votará o novo Projeto de Lei, definido o nome, a sede e os limites do novo município. Então, essa é a proposta do Governo Federal para regulamentar o parágrafo 4º, do artigo 18 da Constituição Federal. Se for votado até o final de setembro, e a presidente Dilma sancionar até os primeiros dias de outubro, teríamos que correr contra o tempo para realizar todos os atos, incluível o Plebiscito, para haver eleição no próximo ano. O Estado do Mato grosso apresenta 56 distritos com o processo já concluído, só esperando a regulamentação e a aprovação da Lei para realizar o Plebiscito. Nós estamos trabalhando desde o início do ano para chegar a esse ponto. É preciso que as lideranças de cada municípios trabalhem, porque o

desenvolvimento do nosso estado passa pela criação de municípios. Salvo engano, o município de Bomfim recebe de FPM 0,8. Com a divisão do município, passará a ter 0,6, mas não vai diminuir pelo fato de não se preocupar com São Francisco e Vilhena, porque para lá var virá mais 0,6 que somado chega a 1.2. Isso é fantástico em termos de recurso. A Assembleia faz a sua parte, levando informação. Vilhena e São Francisco, ao se juntarem dá para criar um novo município. São essas as informações que temos, agora precisamos correr contra o tempo, compete às autoridades sair colhendo assinaturas nas duas localidades. Gostaria muito que Bomfim fosse o primeiro a iniciar esse trabalho. Espero que a comunidade se envolva porque quem ganha é o município de Bomfim. E nos colocamos à disposição da comunidade para qualquer questionamento. Obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Agradeço a explanação do Deputado Chagas, passo a palavra ao Vice-Prefeito da região, Senhor Neto.

O Senhor Neto, Vice-Prefeito de Bomfim - Boa-noite a todos. Agradeço a todos por esta oportunidade, em nome do meu amigo Valdemir da Vila São Francisco. Creio que estamos imbuídos em um só propósito na emancipação dos municípios no Estado de Roraima, tendo em vista que esses municípios, quando serem instalados ajudarão no desenvolvimento do Estado. Agradeço à comissão da Assembleia que está fazendo um trabalho extraordinário, no aguardo da decisão da Presidência da república. Todos nós somos parceiros, nos posicionamos ombro como colaboradores na emancipação do nosso município. O Deputado Chagas, em reunião em São Francisco, juntos montamos uma comissão para auxiliar a Assembleia Legislativa no que for preciso. Agradeço ao Deputado Erci de Moraes, por oportunizar ao Executivo municipal participar desta Audiência. Infelizmente, o Prefeito não está, mas estou aqui e não fugirei da minha responsabilidade, e estou disposto a colaborar com tudo que for preciso para ajudar na emancipação. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Passo a palavra para o Deputado Marcelo Natanael.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael - Boa-noite a todos. saúdo todas as autoridades presentes na pessoa do Presidente Erci de Moraes, as mulheres, na pessoa da Vereadora Kátia que não a conhecia pessoalmente. Não vejo necessidade me alongar, pois a explanação do Deputado Chagas foi objetiva. Farei duas ou três observações. É de suma importância a presença dos Vereadores, Professores, Lideranças indígenas, considerados formadores de opiniões deste município. Relativo à briga em torno de quem vai ser candidato a Prefeito, qual o nome da sede, é muito pequena diante das vantagens em se criar o município. E quem vai explicar essas diferenças são vocês da região. Cabe a cada Vereador levar o convencimento a cada eleitor das diversas classes da região, que começemos a colocar em prática a nossa parte. Parabeno ao trabalho do Grupo Técnico que agiliza os trabalhos. Se até 31 de dezembro estiver tudo proto, próximo ano haverá eleição. Existem colegas dentro da Assembleia que só tem interesse se houver eleição. Faço um pedido. Vamos trabalhar para criação sem vaidade. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Na sequencia à nossa reunião, abriremos espaço para as pessoas presentes e Vereadores fazerem seus questionamentos, que serão respondidas por um dos Deputados ou da Comissão Técnica. Passo a palavra ao Vereador Cidraque.

O Senhor Vereador Cidraque - Boa-tarde a todos. É uma grande satisfação receber esta Comissão, sabendo da grande importância que ela representa. Eu tenho convicção, Deputado Marcelo Natanael, que as suas palavra serão as nossas. Esse é o nosso pensamento, sobre São Francisco e Vilhena. Nós não podemos entrar no mérito de onde vai ser a sede do município, temos que correr para criar o novo município. Todos nós podemos correr atrás de um só objetivo que é a criação do novo município. Como Vereador, mais uma vez posso dizer que não foi nenhuma surpresa, e que eu me sinto envergonhado de ter o Prefeito que tenho, toda vez que é para defender o povo, ele se esconde e ninguém o encontra. Infelizmente, esse é o Prefeito do Bomfim. Acredito que esta Comissão Técnica tem o mesmo interesse que o povo de Bomfim. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Informo que este espaço é para eventuais dúvidas e nós nos esforçaremos para respondê-las. Antes de passar a palavra ao próximo, peço que a pessoa que vai usar da palavra se identifique para anotações.

A Senhora Vereadora Kátia - Gostaria de fazer uma pergunta referente ao repasse, porque tem a ver com a população. Como ficaria com a divisão.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Atualmente, pelo número de habitantes, Bomfim recebe 0,8 de repasse do FPM, se houver a divisão, evidentemente, o município vai perder habitantes, mas o mínimo que recebe um município Brasileiro é 0,6. Mas, Bomfim, com a criação do novo município, não vai ter responsabilidade com escolas, estradas, infraestrutura com Vilhena e São Francisco, para onde lá vai também 0,6 de FPM. Então, essa região que só recebia 0,8, passará a receber 1,2. Espero ter respondido.

O Senhor Vereador Cidraque - Gostaria de saber quais os limites do novo município.

O Senhor Lindomar Peixoto - Nós estamos considerando os acidentes geográficos, ou seja, alguns igarapés e rios. No caso de Vilhena e São Francisco, deve vir até Manauá, Nova Esperança até o limite com o município do Cantá. Já fizemos vários estudos relacionados à população, procurando, sempre, facilitar o acesso para o povo.

O Senhor Vereador Gil Veras - Os critérios de organização, no caso da região Norte, é de 20% de eleitores, mais a população que daria em torno de 5.000 a população. Então o Plebiscito tem que ter 20% dos eleitores da região para ser município, é isso?

Senhor Deputado Coronel Chagas - Os 20% não é do Plebiscito, é para o requerimento. Se Vilhena, São Francisco e outras comunidades tenham 2.000 eleitores, teríamos que colher as assinaturas de 20% de 2.000 que daria 400 assinaturas.

O Senhor Vereador Charlon - O Deputado Coronel Chagas disse que o novo município precisa de 5.000 habitantes. O censo deste ano diz que o Bomfim possui 10.700 habitantes. Se pegar só a região de Bomfim, talvez não chega à exigência.

O Senhor Lindomar Peixoto - O Município mãe não pode perder. Não pode ter menos habitantes do que o município a ser criado.

O Senhor Vereador Wesley Manuel Edevin - Tenho uma preocupação, meu grande eleitorado está dentro das comunidades de Taboca até o Jacamim, por isso, vai ter problemas. Vamos discutir melhor. Eu sou favorável que haja o desmembramento e estou disposto a acompanhar os trabalhos da Comissão da Assembleia. Muito obrigado.

O Senhor Lindomar Peixoto - É muito mais cômodo para o senhor, Vereador, torcer para ser criado o município e ficar no município a ser criado que é São Francisco ou Vilhena.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Na seqüência, existem dois ex-Prefeitos inscritos, pediria aos que formularem perguntas que se dirijam ao microfone para que possamos gravar a discussão. Convido o ex-Prefeito Manoel Ricardo para seus questionamentos.

O Senhor Manoel Ricardo - Nossos ilustres Deputados, quero cumprimentar a todos em nome do Deputado Erci de Moraes. Senhores e Senhoras, considero importante esta Audiência com a presença do Poder Legislativo que vai ajudar na divisão do município. Sou favorável e apoio, não sei o tamanho da ajuda, mas estou à disposição da Comissão. Quero parabenizar os deputados por nos ajudar. Nem todos municípios vão conseguir desmembrar, mas o município de Bomfim é um dos privilegiados por esta comissão. Faço um comentário a respeito dos que têm pensamento político, porque não é hora de pensar em perder eleitorado ou quem ficou com aquela região. É hora de somar esforços no sentido de desmembrar municípios para não atrapalhar esse acontecimento. Quem quiser voto, quando dividir os municípios, faça por onde recebê-los. Não vamos dificultar o processo. Quero concordar com as palavras do Doutor Erci, do Deputado Chagas que foram muito objetivos em suas colocações, e dizer que com essa divisão, o município do Bomfim só tem a ganhar. O processo que está sendo elaborado por esta Comissão é importante e todos saibam o que está fazendo. Quando Prefeito, houve divisão de municípios e melhorou para o Estado e para população. Vamos unir esforços para conseguirmos colocar o Poder mais próximo da comunidade. Com relação ao FPM, não é preciso se preocupar, pois, como o Deputado Chagas falou, o mínimo é 0,6. Enquanto Prefeito e Administrador eu recebia o FPM e trabalhei com ele. Quero agradecer a todos, especialmente, à Comissão e aos Vereadores que receberam a Comissão. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Dando continuidade, agora vai falar o Senhor Rômeo.

O Senhor Rômeo - Boa-noite a todos. Cumprimento o Presidente desta comissão, Deputado Erci de Moraes, Deputado Chagas, Deputado Marcelo Natanael e todos os Vereadores desta Casa. Como Gestor deste Município, sei que é imperativo fazer uma nova divisão geopolítica dessa imensa área do município de Bomfim, que facilitará o gerenciamento da região e o atendimento à população, que estará

mais próxima da sede do município. Não vejo nenhuma preocupação com relação a perda de receita porque, territorialmente, Bomfim terá uma preocupação menor. Assim sendo, o município terá melhores condições para desenvolver às atividades sócio-econômicas, dentro da área que se propõe. Com relação às comunidades indígenas, eu tenho uma preocupação na divulgação do Plebiscito não fique prejudicado o estudo por conta da conscientização. Já foi informado que, se não for aprovado, só após dez anos pode ser feito outro estudo de viabilidade. É imprescindível essa divisão, mas temos que fazer com responsabilidade. O local da sede, Pra nós, pouco importa, mas para outra região, é um fator considerável. Peço à Comissão que trabalhe colocando apenas as vantagens para não esperarmos mais. Sou totalmente favorável, mas tenho essa preocupação. Só um exemplo: se a sede for Vilhena, o pessoal do centro não vai concordar com essa possibilidade; da mesma forma é São Francisco. O pessoal do outro lado não vai aceitar. Por isso, a conscientização deve ser de maneira inteligente para que haja entendimento. Os municípios dos Estados maiores, tem uma extensão de 20 Quilômetro. Roraima é de 200 Quilômetro. Bomfim vai ser mais fácil de se administrar, então com isso a população leva vantagem, pois precisa de saúde, infraestrutura e investimentos em outras áreas. Meu muito obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Obrigado, Rômeo por destacar situações interessantes. Concordo em gênero, número e grau quanto, à sensibilização dos interessados. Essa tarefa não compete à Comissão. O papel da Comissão é mostrar os meios, os instrumentos e promover as reuniões, Audiências públicas. A maior responsabilidades é dos próprios municípios das regiões pretendidas por meio de suas lideranças é um papel importante para os Senhores Vereadores. Cada um tem suas preferências e é aí que deve trabalhar. Aproveitaria para me dirigir ao Vereador Wesley, sei que não foi a intenção dele, mas acho que a hora é de se pensar no coletivo, o que interessa a todos os cidadãos de determinadas regiões que pretendem se emancipar, e sem pensar no individual. A reunião é aberta para todos. Eu pediria à assessoria tomar o nome de queira falar. Fui informado que não há mais ninguém. Mas vou abrir duas exceções, uma para o Wesley e outra para o Cidraque.

O Senhor Vereador Wesley Manuel Edevin - Senhor Presidente, há uma preocupação mas sou favorável. Existem algumas comunidades que sofrem e, se ficar a sede em Vilhena vai piorar. Por isso, precisamos discutir e debater de perto. Agora se a sede for em São Francisco, sou favorável porque ficaria mais próxima das comunidades indígenas. Sugiro que a Câmara crie uma comissão para acompanhar de perto todos os trabalhos. Muito obrigado.

O Senhor Vereador Cidraque - Aproveito a oportunidade para definir datas das próximas reuniões de Vilhena e São Francisco, para que a comunidade participe, tenha conhecimento do processo e consciência de que significa um Plebiscito. Desde já coloco -me à disposição para dar apoio aos Deputados e Técnicos da Assembleia. Eu, como Vereador, Vou participar de todas as reuniões. Obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Obrigado, Cidraque. Antes de passar a palavra às duas pessoas que venceram a timidez e vão falar, informo: Com relação às próximas reuniões nós vamos fechar o cronograma para irmos a São Francisco e Vilhena e, até mesmo, visitar outras regiões, se for de interesse das pessoas, para que se discuta a situação. Queremos exercer uma atividade, mas que não seja por falta de esforço de todos para não deixar passar a oportunidade de se criar municípios. Passo a palavra à Senhora Cleudimar, Chefe da Casa do Produtor Rural.

A Senhora Cleudimar, Chefe da Casa do Produtor Rural - Estava nervosa, por conta do microfone. Cumprimento a cumprimentar e a parabenizar pelo seu trabalho. Quero contribuir e participar das reuniões. Nos temos o calendário da feira onde se concentram muitas pessoas, e então é uma oportunidade para eu informar sobre desmembramento do município. Eu não vou poder assinar porque não sou eleitora daqui, mas vou sensibilizar as pessoas, explicar, informar direito, caso contrário eles não vão entender. Se não houver informação dizendo onde vai ser a sede, vai dar problema. Vamos colocar a importância da criação do município, e convencê-los porque todos vão ser favorecidos. ganham. Existe uma dificuldade em se deslocar para Vilhena e, com a criação do novo município, vai melhorar. Acompanhei o desenvolvimento da cidade em que nasci, depois da emancipação. O primeiro Prefeito fica contente em receber o município sem dívida, mas em pouco tempo, deixa o município cheio de dívida. Foi o que aconteceu com Iracema, mas trouxe, também, desenvolvimento. Boa-noite.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Obrigado, Cleudimar. Em breve você vai ter mais novidades em sua área. Em breve vai ser aprovado na Assembléia Legislativa o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Um programa arrojado, na área da Agricultura Familiar. Destinado a apoiar o agricultor sofrido que fica na vicinal. Chegamos ao fim dos nossos questionamentos. Gostaria de saber se algum dos colegas quer fazer alguma colocação. Deputado Marcelo Natanael.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael - Gostaria de parabenizar o trabalho do Grupo Técnico e os Senhores Vereadores que demonstraram compromisso, por meio da presença, e ao Vice-Prefeito Neto pelo compromisso demonstrado. Também o pronunciamento dos dois ex- Prefeitos, favoráveis ao desmembramento porque eles conhecem a dificuldade de administrar uma sede, em função das localidades distantes. Quanto aos Vereadores, todos são formadores de opinião. Eu pedi essa finalização para fazer uma colocação sem crítica. Somos sete Deputados na Comissão, e eu posso faltar na próxima reunião, mas só tem, aqui, três compromissados. Sou considerado o mais jovem da Assembléia, só por aparência, mas idade está no RG. Sou o segundo mais jovem e quero parabenizar o Deputado Chagas, não pela idade, mas pela garra. O jovem tem esforço, empenho e um sonho maior. São requisitos essenciais para conseguir o melhor para nossa população. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - O Marcelo falou uma coisa importante: A participação dos dois ex-Prefeitos que manifestaram conhecimentos e experiências sobre a realidade dos municípios e das localidades que desejam se emancipar. O nosso apelo é para que não só os dois ex-prefeitos, mais também os Vereadores, as lideranças e os que queiram exercitar a cidadania, ou seja, a união de todos em torno de um objetivo comum. Se Bomfim conseguir emancipar dois novos municípios estará, sem dúvida, dando uma demonstração de garra, de luta e, sobretudo de amor a esta terra. Repito: Eu acho que o caminho, mesmo em um Estado tão mutilado em termos territoriais, é, sem dúvida, a ocupação do espaço que nos resta, criando novos municípios e a partir daí o desenvolvimento. Vou passar a palavra para o Deputado Chagas, para suas considerações finais.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Só agradeço a presença de todos, o trabalho do Grupo Técnico, que fez os contatos com a Câmara e prefeitura. É uma campanha e para emancipar tem que ir de casa em casa, vicinal em vicinal, comunidade em comunidade, para mostrar as vantagens da criação de município. Proponho, Presidente, elaborarmos o modelo do requerimento. E realizarmos nas comunidades, Audiência Pública, entregaremos às lideranças para, nas próximas reuniões, coletar as assinaturas para ganhar tempo. Tenho uma informação: Pelo Projeto de Lei elaborado pela Casa Civil

da Presidência da República fica estabelecido que os municípios envolvidos, ou seja, o município mãe e o novo poderão pactuar a distribuição dos funcionários públicos municipais, sem prejuízo ao tempo de serviço e dos demais direitos adquiridos, ressalvada a manifestação contrária do servidor. Eu já ouvi questionamentos relacionados aos professores que trabalham em localidades distantes do município, como ficam. Os dois prefeitos vão poder fazer um pacto, e quem quiser passar para o novo município não vai ter problema. O município, aqui, recebe entre 160 a 180 mil por mês para arcar com as despesas de custeio e pessoal. Se pegarmos 160, como base, isso é 0,8. Então, pela regra de três, passamos para 240 mil, e temos um saldo de 80 mil, e a área geográfica é a mesma. Há um ganho para a região. A criação de municípios só depende de quem mora na região, e para isso, a comunidade precisa se mobilizar, promover uma verdadeira campanha, e o nosso objetivo é despertar essa força, empenho, mostrar importância do processo. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Vereador Gener, Presidente, suas considerações.

O Senhor Vereador Gener - Meus senhores e minhas senhoras, estamos à disposição da Comissão para nos somar, em favor do novo momento por que passa Bomfim, próximo a ter um filho que será bem -vindo para o povo do Bomfim. Momentos que antecederam a criação do município do Cantá, houve muitas críticas, porém, hoje existem pessoas que elogiam porque só ajudou no desenvolvimento da região do Cantá. Com certeza, haverá desenvolvimento na Vila Vilhena e São Francisco, também em todas as comunidades indígenas. Vamos lembrar o heroísmo de todos que participaram da criação de municípios. Agradeço a visita dos nobres Deputados, e estamos à disposição para contribuir com o que for preciso. O Vereador Wesley sugeriu formar uma Comissão para acompanhar os trabalhos e orientar o povo. É o que vamos fazer, podemos certamente contar com a equipe Técnica, da Assembléia para nos orientar. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Erci de Moraes - Obrigado, Gener. Vamos encerrar e agradecer a todos que aqui vieram e trouxeram sua palavra de incentivo, do Vice-Prefeito Neto, ao Vereador Gener, o anfitrião que fraternalmente nos recebeu, os senhores e senhoras Vereadores, ex- Prefeitos, em fim, a todos os participantes e ao Grupo Técnico da Assembleia que satisfatoriamente deu seu recado. Esperamos que esta Comissão consiga seu objetivo e estimular a formação de novos municípios nas regiões que a esta foram destinadas: Bomfim, Mucajá, Cantá e Iracema. Cordial boa-noite e até breve, se Deus quiser. Vamos entrar nessa luta porque vale a pena. Muito obrigado.

Erci de Moraes

Presidente da Comissão

